

Iniciativas de inclusão digital em escolas públicas por meio de uma revisão sistemática da literatura

Patricia Graziely Antunes de Mendonça¹, Cristiano Maciel^{1,2}, Katia Morosov Alonso¹

¹ Instituto de Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

² Instituto de Computação – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

patricia.pgam@gmail.com, crismac@gmail.com, katia.ufmt@gmail.com

Abstract. *The paper identifies studies that address project-induced digital inclusion, arising from the Federal Government, performed in public schools in Brazil. Systematic Review is a methodology, that the research is performed on well-defined steps with the support of StArt tool for the application of the research protocol. This study identifies and selects works that include the PROUCA and Proinfo projects, and detects the difficulty with which the projects are being implemented in the schools involved.*

Resumo. *O artigo identifica estudos que tratam de projetos de inclusão digital induzida, oriundos do Governo Federal, executados em escolas públicas brasileiras. Utiliza-se da metodologia de revisão sistemática, executando a pesquisa em etapas bem definidas com o apoio da ferramenta StArt para aplicação do protocolo de pesquisa. Assim, este estudo identifica e seleciona trabalhos que contemplam os projetos ProUCA e Proinfo, e, detecta a dificuldade com a qual os projetos estão sendo implantados nas escolas envolvidas.*

1. Introdução

A abordagem a respeito da inclusão digital é polêmica com diferentes pontos de vista. Takahashi (2000), por exemplo, trata do interesse do Governo em promover a universalização do acesso aos meios eletrônicos, a partir da distribuição de equipamentos e internet ao cidadão.

Todavia, é importante destacar que para Lemos (2011), não basta fornecer equipamentos tecnológicos aos cidadãos, esperando que a inclusão digital aconteça pela simples disponibilização desses recursos. Então, é essencial “criar condições para o desenvolvimento de um pensamento crítico, autônomo e criativo em relação às novas tecnologias de comunicação e informação” LEMOS (2011).

Porém, Lemos (2011) afirma que um plano que se constitui em um projeto de inclusão digital, como o Plano Nacional da Banda Larga (PNBL), ou outro programa com a mesma finalidade, pode até excluir o cidadão, que muitas vezes se vê obrigado a utilizar uma internet de baixa velocidade ou um equipamento com configuração reduzida, não permitindo usufruir de todo o benefício proporcionado pelas tecnologias.

A disparidade de acesso, evidenciada pelo termo exclusão digital, reflete uma distribuição desigual dos recursos[...]. Ela se estende também aos usos: os que têm os meios para adquirir os softwares e de acesso às redes são também aqueles que têm o conhecimento e a capacidade de tirar deles proveito. (PEIXOTO; FIGUEIREDO, 2013)

Costa (2011) destaca essa dificuldade em identificar a inclusão digital quando afirma que faltam indicadores e diagnósticos que mapeiem e analisem a situação da exclusão digital no Brasil.

Em seu trabalho, Costa (2011) propõe uma classificação para a inclusão digital, em que esta pode ser espontânea ou induzida. Para ele, a inclusão digital espontânea é proporcionada pelo uso das tecnologias que o cidadão está imerso, tendo ou não uma formação para isso e a inclusão digital induzida trata de projetos.

[...] tratamos dos projetos induzidos de inclusão às tecnologias eletrônicas e às redes de computadores que são executados por universidades, empresas privadas, instituições governamentais e/ou não governamentais (COSTA, 2011).

Assim, este trabalho busca identificar estudos que tratam de projetos de inclusão digital induzida (onde os equipamentos e internet são fornecidos pelo Governo) que são/foram executados em escolas estaduais e municipais, a fim de responder a pergunta: **Como tem ocorrido a implantação de projetos/programas de inclusão digital em escolas públicas no Brasil?**

A fim de atingir o objetivo e responder ao questionamento apresentado, este trabalho foi dividido em temas menores. A seção 2 apresenta o conceito de revisão sistemática e o protocolo estabelecido e aplicado à pesquisa. Na seção 3, são apresentados os projetos de inclusão que aparecem nos trabalhos selecionados, as atividades que são realizadas com os equipamentos disponibilizados para as escolas e como tem acontecido a implantação desses projetos nas escolas estudadas. A seção 4 conclui este trabalho com as considerações finais.

2. Metodologia

A metodologia utilizada foi uma revisão sistemática da literatura que, segundo Castro (2001), caracteriza-se por um planejamento rígido, baseado em evidências, que permite a replicação da pesquisa realizada e, principalmente, objetiva responder a uma pergunta específica.

Antes da execução da pesquisa, realizou-se a busca por trabalhos relacionados que utilizassem a mesma metodologia. Todavia, não foram encontradas revisões sistemáticas sobre inclusão digital.

Assim, seguiu-se os sete passos orientados por Castro (2011): formulação da pergunta, localização e seleção dos estudos que serão analisados, avaliação crítica dos estudos, coleta dos dados, análise e apresentação destes, interpretação dos resultados e aperfeiçoamento e atualização. Esses passos foram organizados conforme a Figura 1, na qual se apresenta todo o procedimento metodológico realizado.



Figura 1. Procedimento metodológico

Após a formulação da pergunta que norteará este trabalho, houve a fase de seleção e aplicação dos critérios de inclusão ou exclusão dos estudos. Fase esta, que agrupou os passos: localização e seleção, avaliação crítica e coleta dos dados, conforme estabelecido no protocolo da pesquisa.

Na fase de análise e apresentação dos dados foi realizado o agrupamento dos estudos selecionados com base na semelhança, para apresentação descritiva, gráfica e numérica dos trabalhos na fase de interpretação dos resultados.

Ao final de todos esses passos, com a avaliação crítica dos estudos incluídos e com a publicação do trabalho, na última fase, busca-se aperfeiçoar a pesquisa desenvolvida e atualizar os dados coletados.

2.1 Protocolo de Pesquisa

As buscas foram realizadas no Portal de Periódicos da Capes¹ e Google Acadêmico², como bases de pesquisa. Segundo informações do Portal de Periódicos da Capes, ele é uma biblioteca virtual que possui um acervo de mais de 36 mil periódicos, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, livros, enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

O Google Acadêmico disponibiliza a pesquisa de artigos revisados por especialistas (*peer-reviewed*), teses, livros, resumos e ainda artigos de editoras acadêmicas, organizações profissionais, bibliotecas de pré-publicações, universidades e outras entidades acadêmicas.

As bases consultadas foram configuradas para a localização dos descritores em qualquer lugar do texto, considerando todo tipo de material (artigos, teses, dissertações, material de áudio etc), em qualquer idioma, sem incluir patentes e citações e com a aplicação de uma limitação temporal, considerando as publicações entre 2011 a 2014. A primeira etapa de pesquisas foi realizada no período entre 01 de setembro a 01 de outubro de 2014 e foram reaplicadas entre 05 e 25 de janeiro de 2015.

Inicialmente, o protocolo adotado utilizou os descritores: “inclusão digital” + “escola estadual”. Com relação aos resultados obtidos no Portal Capes, estes

¹ Portal de Periódicos da Capes: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

² Google acadêmico: <http://scholar.google.com.br/?hl=pt-BR>

compreenderam grande número de trabalhos fora da área pesquisada. Já o Google Acadêmico retornou um imenso volume de estudos.

Na segunda etapa de pesquisas, realizada em janeiro de 2015, foram utilizados os descritores "projeto de inclusão digital"+"escola estadual" e "programa de inclusão digital"+"escola estadual". Para os descritores, é importante reforçar que o fato das palavras "projeto de inclusão digital" serem utilizadas entre aspas (" ") na pesquisa, faz com que os motores de buscas façam uma restrição que permita que o resultado traga somente estudos que apresentem essas palavras juntas, na mesma ordem em que foram consultadas. Assim, a restrição com relação a quantidade de resultados retornados é muito maior. O mesmo acontece com a *string* "programa de inclusão digital".

Para esta etapa de pesquisas, utilizou-se a ferramenta StArt³ (*State of the Art through Systematic Review*) para a fase de seleção e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão definidos no protocolo. StArt é uma ferramenta computacional que apoia o desenvolvimento de revisões sistemáticas melhorando a qualidade da aplicação do protocolo de pesquisa, já que após sua definição, ele é cadastrado na ferramenta e durante a aplicação dos critérios, fica bastante visível quais foram os textos selecionados, quais foram excluídos, prioridade de leitura, entre outras informações que auxiliam na condução da pesquisa.

Em ambas as etapas, como critérios de inclusão, foram considerados os estudos sobre projetos de inclusão digital realizados por meio de políticas públicas relacionadas a tecnologias, implantados em escolas estaduais e municipais do Brasil, apresentados em teses, dissertações e artigos no idioma português, publicados entre o ano de 2011 e 2014. E, como critérios de exclusão, não foram considerados os estudos fora do período pesquisado, estudos sobre metodologias, projeto político pedagógico, software livre, práticas pedagógicas, formação de professores e estudos repetidos (em duplicidade).

3. Resultados

A primeira série de pesquisas realizadas no Portal de Periódicos da Capes retornaram um resultado para o termo "Inclusão digital" + "escola estadual" e retornaram 602 estudos no Google Acadêmico totalizando 603 itens a serem avaliados para posterior seleção. Na primeira análise houve a aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão aos títulos e assim restaram 89 trabalhos para serem avaliados. Na segunda análise realizada com relação às palavras-chave restaram 41 artigos e, da análise dos abstracts, restaram cinco artigos.

No momento da reaplicação da pesquisa, o Google Acadêmico trouxe 43 resultados, sendo 23 para a *string* "projeto de inclusão digital"+"escola estadual" e 20 para "programa de inclusão digital"+"escola estadual". O Portal de Periódicos Capes trouxe 25 estudos, já que três estavam em duplicidade. Assim, restaram 68 trabalhos para serem avaliados, somando as duas pesquisas.

Então, com o auxílio da ferramenta StArt, iniciou-se a aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão. Foram excluídos aqueles estudos que o título não indicava a

³ Disponível em: http://lapes.dc.ufscar.br/tools/start_tool. O software StArt foi produzido pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software da Universidade Federal de São Carlos.

cobertura pelos critérios de inclusão apresentados no protocolo e, após essa análise, restaram 15 estudos. Em nova análise, realizada para as palavras-chave e *abstracts*, restaram 4 estudos que foram somados aos trabalhos selecionados na pesquisa realizada em setembro de 2014. A Figura 2, apresenta um resumo de como ocorreu a pesquisa e o quantitativo de estudos obtidos.

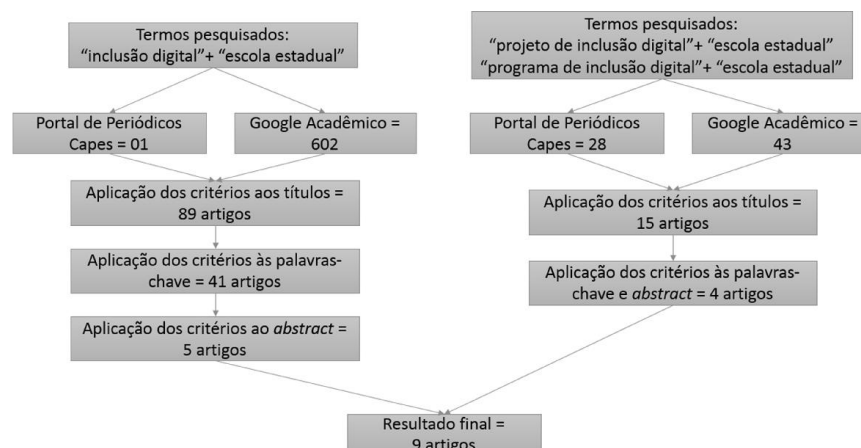


Figura 2 - Resumo da aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão

Ao final desta etapa, restaram no total nove trabalhos para a leitura, sendo sete artigos (A1, A2, A3, A4, A5, A6 e A7), uma dissertação (D1) e uma tese (T1). Analisando as publicações dentro do período pesquisado, identificou-se entre os trabalhos selecionados que dois foram publicados em 2011, cinco em 2012 e dois em 2014. Em continuidade, para obter maior esclarecimento com relação às informações obtidas no decorrer da investigação, optou-se por desdobrar esta pergunta principal em questionamentos secundários que são respondidas nas próximas seções.

3.1. Projetos de inclusão digital estudados

Em seguida, foi realizada uma nova avaliação com a leitura completa dos textos. Seus dados foram coletados e os critérios de inclusão e de exclusão foram aplicados novamente. Assim foi possível responder à questão secundária: **Quais projetos de inclusão digital desenvolvidos pelo Governo Federal estão sendo ou foram executados em escolas públicas no Brasil?** Afinal, identificou-se que oito estudos tinham como foco o Projeto Um Computador Por Aluno (PROUCA)⁴, criado pela Lei nº 12.249, de 10 de junho de 2010, com o objetivo de promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino, sem fins lucrativos ou de atendimento a pessoas com deficiência por meio da aquisição e utilização de equipamentos de informática (*laptops* educacionais), softwares, suporte e assistência técnica para seu funcionamento.

Apenas um dos trabalhos abordava Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)⁵, criado pela Portaria 522 de 1997 do Ministério da Educação

⁴ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo/proinfo-programa-um-computador-por-aluno-prouca>.

⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=462>.

(MEC) com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica, por meio da disponibilização de computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais onde o Estado deve garantir a adequação da infraestrutura e capacitação de docentes para receber os laboratórios de informática.

Observou-se que os trabalhos A4 e A5 estavam fora da área de interesse por este motivo foram excluídos. O primeiro abordava exclusivamente práticas curriculares e objetivava proporcionar alternativas metodológicas para a utilização do laptop educacional. O segundo tinha o foco em uma pesquisa-ação desenvolvida simultaneamente ao processo de implantação do PROUCA em oito escolas de Rondônia. Assim, restaram sete estudos para compor as conclusões desta revisão.

Com relação à metodologia utilizada, o trabalho A1 relata utilizar estudo bibliográfico como metodologia, combinado com avaliação dos relatórios do PROUCA para a coleta dos dados da pesquisa; o estudo A2 não informa a metodologia, mas diz que a coleta dos dados se deu por meio de buscas ao Sistema de Gestão de Tecnológica do Ministério da Educação (Sigetec)⁶ e visitas às escolas (momento em que fotografou os ambientes); o estudo A3 informa que a metodologia utilizada é qualitativa e quantitativa e a combina com entrevistas semiestruturadas, observações e pesquisa documental para a coleta de dados; A6 utiliza a pesquisa-ação com abordagem qualitativa como metodologia e os dados são coletados por meio de entrevistas e observação participante nas escolas e no ambiente virtual do e-ProInfo; A7 não informa a utilização de uma metodologia, mas diz que solicitou o preenchimento de formulários às escolas participantes; D1 informa que utilizou estudo de caso com abordagem qualitativa e como ferramenta para obter as informações se utilizou de entrevista semiestruturada, observação indireta e questionário; e finalmente, T1 não relata a utilização de metodologia alguma. Mas, no decorrer de seu trabalho, informa que se utilizou de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, visitas às escolas, grupo focal e que seu estudo teve o cunho qualitativo com abordagem dialética.

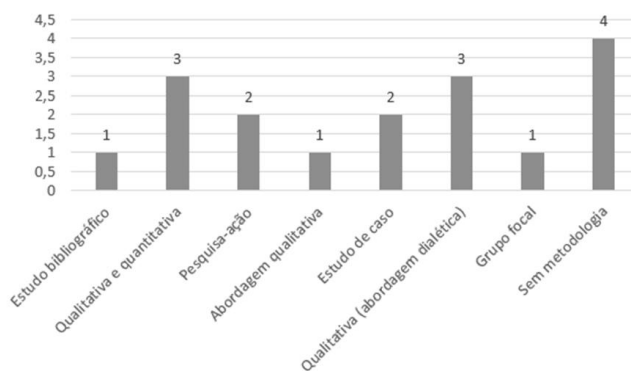


Figura 3. Metodologias utilizadas nos estudos

A Figura 3 apresenta as metodologias citadas e ainda, pode-se observar o quanto essas metodologias foram combinadas com técnicas para a coleta de dados.

⁶ Disponível em: https://www.fn.de.gov.br/sigetec/sisseed_fra.php

3.2 Condições de trabalho e formação dos docentes

Para responder a segunda questão secundária “**Como são os relatos com relação às condições de trabalho e de formação dos docentes?**”, analisou-se os projetos de inclusão digital separadamente porque o Projeto “Um Computador por Aluno” foi acompanhado de todo um planejamento que partiu do Governo Federal com o intuito de preparar os professores para incorporar as novas tecnologias às suas aulas.

Assim, para receber os equipamentos as escolas deveriam adequar sua infraestrutura e os professores deveriam passar por um processo de formação, o “Formação Brasil” planejado por Instituições de Ensino Superior, Núcleos de Tecnologia Educacional dos Estados e Municípios. Esta formação foi disponibilizada a professores e gestores das escolas contempladas com o projeto. Seu desenvolvimento ocorria em etapas presenciais e a distância por meio do ambiente virtual do e-ProInfo.

Quanto à formação dos docentes para o PROUCA, cinco estudos afirmam que houve boa participação na capacitação presencial. Porém, também informam que praticamente não houve participação na etapa a distância da formação. Pois, houve muita dificuldade para se conectar à internet de casa (muitos professores não tinham internet em casa) e a sobrecarga diária de trabalho é muito grande (até três vínculos empregatícios) e na maioria das vezes eles precisam se desdobrar para atender a vários projetos pedagógicos que ocorrem em paralelo e ficam sem disponibilidade para se dedicar ao Projeto UCA, conforme pode ser observado na Figura 4.

Todavia, o estudo D1 relata que “o projeto de formação foi um sucesso, atingindo a participação de 89% dos professores”. A3 ainda destaca uma realidade existente na maioria das escolas públicas que é a existência de poucos efetivos, o que faz com que exista grande rotatividade e com isso os novos professores ficam sem a capacitação necessária.

Com relação ao suporte aos docentes, somente um estudo (A7) relatou uma iniciativa da secretaria de educação do estado que fornece atendimento (realizado por tutores e coordenadores do Projeto UCA) aos professores cursistas. Porém, com relação a estratégias e exemplos de utilização dos *laptops* educacionais em sala de aula, os relatos são de que “o curso foi insuficiente para deixá-los fluente no uso do *laptop*” conforme relata A6, “o curso de formação continuada do Projeto UCA não trabalhou estratégias, modelos ou exemplos para serem utilizados durante as práticas com o *laptop* educacional” como afirma D1.

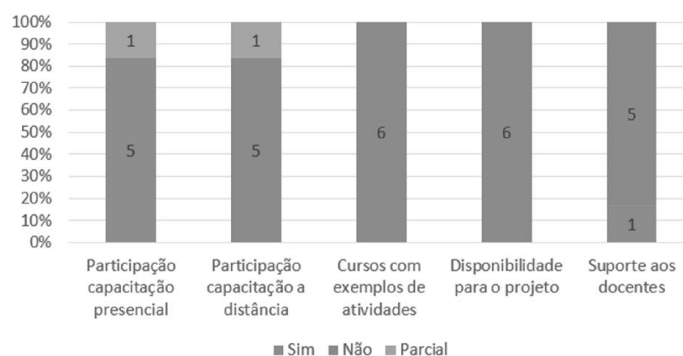


Figura 4. Disponibilidade para os projetos e formação dos docentes

O estudo A2 que reflete sobre o uso dos laboratórios de informática do ProInfo, relata a falta de professores capacitados para fomentar o uso das tecnologias da informação e comunicação.

Ainda, D1 destaca que os professores relataram a existência de grande dificuldade para os professores controlarem a segurança dos equipamentos já que são eles que assinam o termo de responsabilidade pelos computadores. Como seus alunos não levam o *laptop* para casa, são os professores que precisam retirá-los das caixas de papelão e prateleiras onde estão armazenados e carregá-los para a sala de aula.

3.3 Atividades realizadas com os equipamentos disponibilizados

Durante a análise dos trabalhos, para responder: “**Que tipo de atividades são realizadas com os equipamentos disponibilizados nos estudos analisados?**”, observou-se que com relação aos laptops educacionais, os estudos A1 e A6 não relatam detalhes sobre a utilização dos laptops em sala de aula. Mas, como os alunos levam o equipamento para casa, eles são utilizados todo o tempo para navegação livre por alunos e seus familiares. O estudo A3 também não relata atividades realizadas nas escolas, mas informa que após 6 meses de implantação, devido a problemas de estrutura das escolas, os computadores foram entregues para que os alunos levassem para casa e quando retornassem à escola para as aulas, que trouxessem a bateria carregada. Assim, sabe-se que o dispositivo passou a ser utilizado para livre navegação.

D1 afirma que poucos professores utilizam o equipamento nas aulas e que na maioria das ações o *laptop* serve como um livro de anotações.

Já o estudo A2 informa que o uso dos laboratórios de informática é utilizado por alunos, professores, funcionários técnico-administrativos e pela comunidade por meio de Programas Mais Educação e Escola Aberta e outros projetos. Assim, os laboratórios são utilizados, por exemplo, para pesquisar na internet e utilizar o editor de slides para realização de trabalhos escolares. Nos laboratórios que funcionam sem internet, digitação de textos e elaboração de slides são as mais executadas.

Ainda, os estudos que relataram a entrega do *laptop* educacional para levar para casa, proporcionou aos alunos a oportunidade de se reunir em uma praça da cidade (UCA Total) ou outro lugar que dispunha de internet para se juntar em grupos, cada um com seu *laptop*, para trocar experiências. Os estudos A7 e T1 não informam nenhum tipo de atividade.

4. Considerações finais

Esta pesquisa propôs identificar estudos que tratam de projetos de inclusão digital induzida, oriundos do Governo, que são ou foram executados em escolas estaduais e municipais brasileiras. A metodologia de revisão sistemática utilizada neste trabalho proporciona a condução formal da pesquisa, executada em etapas bem definidas, com pouco espaço para o posicionamento do autor. Porém, se baseando em evidências da literatura pesquisada.

Ainda com relação a metodologia utilizada, na área em que ela é originalmente aplicada, geralmente se orienta sua condução em pares na aplicação do protocolo para que essa etapa tenha um resultado mais preciso, o que não ocorreu nesta pesquisa.

Todavia, em busca de tal precisão foi utilizada a ferramenta StArt, proporcionando um resultado mais acertado com relação aos textos selecionados.

Desta forma, foi possível identificar trabalhos que atendiam ao escopo proposto e como resultado, foram obtidos estudos com relatos da implantação de projetos de inclusão digital, oriundos do Governo Federal, executados em parceria com governos estaduais e municipais. Os trabalhos selecionados para este estudo contemplaram os projetos ProUCA e o Proinfo. Antes da seleção desses trabalhos, identificou-se a existência de diversos outros projetos implantados em escolas estaduais e municipais brasileiras, mas a esses não desenvolviam relatos sobre sua implantação.

Com relação aos trabalhos analisados, é importante destacar que a princípio, todos foram iniciados de acordo com as regras estabelecidas pelo Governo Federal para que as outras instâncias de governo pudessem aderir a eles. Porém, durante sua execução observou-se que as dificuldades começaram a aparecer e entre elas, houveram relatos de como foi difícil para as escolas que utilizaram o UCA, definir se o equipamento seria livremente utilizado pelos alunos para que estes tivessem a liberdade de leva-lo para casa. Houve muita preocupação com relação a parte burocrática, como por exemplo a assinatura do termo de responsabilidade para a retirada do equipamento do estabelecimento de ensino. Entretanto, essa prática se mostrou extremamente eficaz já que levando o equipamento para casa, foi possível que alunos utilizassem o laptop fora do horário das aulas e que toda a família pudesse usufruir do processo da apropriação tecnológica.

Além disso, em todas as escolas (que trabalharam com o ProUCA ou Proinfo) ocorreram problemas com relação a estrutura física dos locais, como: eletricidade limitada, ausência de tomadas em quantidade suficiente para a demanda de baterias, falta de espaço para guardar os laptops educacionais, a internet muito lenta ou caindo muito.

A falta de segurança nas escolas também foi bastante relatada. Em alguns locais, havia a preocupação não com relação aos pequenos alunos que tinham que levar o *laptop* para casa. Em outros, a preocupação era com relação aos equipamentos que estavam nas escolas que poderiam ser roubadas. Ainda, foram encontrados inúmeros relatos de professores, sobre a dificuldade de aderir à utilização de tecnologias em sala de aula, o desconhecimento de técnicas e estratégias para incluir o equipamento nas atividades desenvolvidas.

Enfim, conclui-se que a realidade das escolas é precária, que a apropriação tecnológica por parte dos professores ocorre muito lentamente, há muitas falhas nos cursos de formação dos professores e resistência destes em utilizar as tecnologias, falhas no alinhamento entre as esferas Federal, Estadual e Municipal e desta forma, a inclusão digital que é preconizada pelo governo, não ocorre em toda sua potencialidade, mas à margem do que foi planejada.

Referências

Castro, A. A. Curso de revisão sistemática e metanálise. São Paulo: LED-DIS/UNIFESP, 2001. Disponível em: <<http://www.virtual.epm.br/cursos/metanalise/#>> Acesso em: 06 set. 2014.

- Costa, L. F. Novas tecnologias de inclusão digital: criação de um modelo de análise. In: Bonilla, M. H. S.; Pretto, N. L. (Org). Inclusão digital: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011. V. 2.
- Borges, M. A. F.; França, G.; Ramos, L. Impactos iniciais na formação dos professores e gestores para o uso do laptop educacional no estado do Tocantins. *InterSciencePlace*, v. 1, n. 21, 2012.
- Brasil. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996 (1996). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 05 out. 2014.
- Brasil. Plano Nacional de Banda Larga. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/>>. Acesso em: 08 out. 2013.
- Carvalho, A. B.; Alves, T. P. Apropriação tecnológica e cultura digital: O programa um computador por aluno no interior do nordeste brasileiro. *Logos*, v. 18, n. 1, 2011.
- Carvalho, L. M. T. L.; Monteiro, C. E. F. Reflexões sobre implementação e uso de laboratórios de informática na escola pública. *Roteiro*, v. 37, n. 2, p. 343-360, 2012.
- Lemos, A. Prefácio. In: Bonilla, M. H. S.; Pretto, N. L. (Org). Inclusão digital: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011. V. 2.
- Meneses, S. C. P.; Ferreira, S. L.; Projeto Piloto - Um Computador por aluno (UCA) Barra dos Coqueiros: cidade na era da inclusão digital. II Simpósio de Educação e Comunicação da UNIT - As Redes Sociais e seu Impacto na Cultura e Educação do Século XXI, 2011.
- Peixoto, J.; Figueiredo, A. D. L. Um computador por aluno: uma modalidade de inclusão digital pela educação? In: Alonso, K. M.; Rocha, S. A. (Org). Políticas públicas, tecnologia e docência: educação a distância e a formação do professor. Cuiabá: EdUFMT, 2013. Cap. 2.
- Pretto, N.; Coelho, L. A.; Almeida, L. M. T. Gestão do PROUCA: a experiência do projeto piloto na Bahia. In: Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação. 2012.
- Santos, S. P. O programa um computador por aluno na visão dos jovens das escolas públicas de Goiânia, 2014, 238f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- Silva, W. B. O uso do computador PROUCA em seis escolas do Distrito Federal, 2014, 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2014.
- Takahashi, T. (Org.). Sociedade da Informação no Brasil: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.